



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
CNPJ: 10.221.745/0001-34

PARECER JURÍDICO – CPL/PMJ
PROCESSO Nº 7.360/2023

Requerente: Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: Análise do Procedimento Final de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Material Esportivo Diversos, para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/Pará.

I – RELATÓRIO

A presente manifestação jurídica tem por escopo de assistir a autoridade gestora no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das Minutas dos Editais e seus anexos.

Vieram os presentes autos para que esta Assessoria procedesse à análise dos mesmos, que veio acompanhado da minuta de edital e de contrato administrativo, que enseja o Processo Administrativo nº. **7.360/2023**, encaminhado para que pudesse se aferir sobre a observância das formalidades legais e receberem ou não a anuência para o seu prosseguimento. A documentação supra referendada, trata-se da proposta de edital de licitação na modalidade **Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Material Esportivo Diversos, para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/Pará.**

Por meio de memorandos foi solicitado pelas Secretarias e Fundos Municipais a realização de licitação para aquisição de tal serviço. A necessidade de se adquirir tal serviço acima é justificada para atender as demandas destas secretarias, fundos municipais e a Prefeitura Municipal de Jacareacanga-Pará.

Houve análise do edital e prosseguimento do processo administrativo visando a escolha da melhor proposta de atendimento ao objeto licitado. Realizado o credenciamento e a sessão de julgamento das propostas, o processo retornou a essa Assessoria Jurídica para apreciação da regularidade do certame.

É o breve relatório, passemos a matéria de direito.

II –DA ANÁLISE JURÍDICA

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, [portanto, vinculativo, à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Pois bem, primeiramente, verifica-se que na fase inicial, leiam-se os tramites administrativos sobre o processo licitatório – já houve análise jurídica por parecer, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
CNPJ: 10.221.745/0001-34

como, sobre a regularidade da minuta do edital e do contrato aos parâmetros legais contidos no Decreto n. 5.450, de 2002, na lei 8.666/93 e nos princípios gerais de direito.

O Edital foi devidamente publicado em órgão oficial, com o devido aviso de licitação apregoado no mural da sede municipal.

Em relação a eventual interposição de impugnações ao Edital do presente certame, **houve a ocorrência de recurso impugnando a inabilitação de algumas empresas, as quais foram beneficiadas com o respectivo deferimento recursal e, assim, foram declaradas habilitadas a serem contratadas por esta administração.**

Na sessão de julgamento apresentam-se diversas empresas interessadas, as quais juntaram seus documentos de habilitação técnica e financeira, das quais, algumas foram inabilitadas por não cumprirem as exigências editalícias, mas não apresentaram interesse em recorrer e deixaram o prazo decorrer *in albis*.

Após abertura da fase de disputa de lances, **obtivemos o resultado final do certame, com as consequentes** classificações das empresas concorrentes.

Dando continuidade ao certame, o Ilustre Pregoeiro juntou decisão da autoridade competente, vencedores do processo, adjudicação, e o termo de homologação com a publicação do aviso deste termo, e atos subsequentes ao bom termo do processo.

Considerando todos os itens presentes no referido Sistema de Registro de Preços, foi adjudicada à empresa vencedora que apresentou a melhor proposta com relação ao critério “**menor preço**”, sendo essas, **A K BELLO DOS SANTOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ de n. 09.484.602/0001-36, **D A MACHADO SPORT**, inscrita no CNPJ de n. 09.666.893/0001-83; **F M PORTELA EIRELI**, inscrita no CNPJ de n. 17.635.827/0001-74 e **R F DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ de n. 12.841.017/0001-50, nos termos dos itens mais vantajosos à Administração, conforme constante em relação de vencedores do Processo e Termo de Adjudicação.

Diante do exposto, evidenciado que a Comissão de Permanente de Licitação, na figura do Presidente da CPL, com a equipe de apoio, procedera em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, em consonância especialmente com o Decreto 5.450/05 e à lei n. 8.666/93.

É de observar a existência de competitividade entre os participantes, agindo em estrita observância aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 5º do referido decreto do Pregão Eletrônico, opinamos pela sua HOMOLOGAÇÃO pela autoridade superior.

III. DA CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
CNPJ: 10.221.745/0001-34

ANTE O EXPOSTO, o processo atende as exigências contidas na Lei nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, dada a regularidade do certame, que foi realizado na modalidade Registro de Preço em Pregão Eletrônico, dando transparência, lisura, legalidade, modalidade e probabilidade ao processo, é o presente para se opinar pela **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento, eis que preenche os requisitos exigidos pelo Decreto n. 10.024/2019 e pelas leis 10.520/02 e n. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, dando condição satisfatória à sua adjudicação e homologação das propostas.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Jacareacanga/PA, 23 de janeiro de 2024.

Euthiciano Mendes Muniz
Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Jacareacanga
OAB/PA 12.665B